

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DOCENTE: TROCA DE SABERES E VIVÊNCIAS

Ana Maria de Souza Carvalho¹
Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC)

Joice Karine Fernandes Silva Pereira²
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Nelma Teixeira da Silva³
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: Este trabalho teve como objetivo geral aproximar os docentes do ensino comum a uma prática mais inclusiva, envolvendo o público da Educação Especial. Para isso, propomos um grupo de estudos com os professores da sala de aula comum, do Colégio Estadual Idalice Nunes (CEIN), em que as atividades se desenvolveram nos horários das Atividades Complementares (AC) das diferentes áreas do conhecimento – Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens e Ciências Humanas. Utilizamos esses momentos para tecer reflexões a respeito da educação na perspectiva inclusiva, bem como trocar experiências, sanar dúvidas e responder questionamentos feitos pelos docentes com relação a esta temática e sobre a prática pedagógica que envolve o atendimento dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) inseridos no CEIN. Os resultados apontam que a formação continuada se constitui como um espaço de fortalecimento das práticas pedagógicas. O trabalho de interlocução do grupo de estudos entre os professores do ensino comum e da Sala de Recursos Multifuncionais pode contribuir para romper as barreiras que impedem os avanços das políticas de educação na perspectiva inclusiva no espaço escolar e a tornar efetivo o processo de inclusão dos alunos com algum tipo de necessidade educacional especial. Assim, a estratégia de estudo em grupo é um trabalho necessário pois ajuda os docentes a saírem do isolamento e aprender em equipe.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação docente. Grupo de estudo.

Introdução

Desde a implantação da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva pelo MEC, foi disponibilizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), os recursos e as orientações quanto à sua utilização para alunos e professores nas turmas comuns do ensino regular. No entanto, para que essa política educacional brasileira funcione, a

¹ Mestranda em Ciências da Educação, Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC); docente da Educação Básica do Estado da Bahia. E-mail: anamaria_live@hotmail.com

² Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da UESB; docente da Educação Básica do Estado da Bahia; docente de Libras do IFBaiano- Campus Guanambi. E-mail: joicegbi@hotmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); docente da Educação Básica do Estado da Bahia; Membro do Grupo de Pesquisa NELT/CNPQ/UFBA (Núcleo de Estudos das Linguagens e suas Tecnologias. E-mail: nelmateixeira@yahoo.com.br

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE: SABERES E SENTIDOS

formação inicial e continuada docente é condição *sine qua non* e o que se verifica tanto na prática quanto na maioria dos estudos sobre inclusão escolar é a insuficiência e, muitas vezes, a inexistência dessa formação requerida para a sua efetivação.

Nessa perspectiva, nosso trabalho teve como objetivo geral aproximar os docentes do ensino comum a uma prática mais inclusiva, envolvendo o público da Educação Especial. Para isso, propomos um grupo de estudos com encontros quinzenais, nos horários das Atividades Complementares – ACs das diferentes áreas do conhecimento: Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens e Ciências Humanas. Utilizamos esses momentos para discutirmos a respeito da educação na perspectiva inclusiva, bem como trocar experiências, sanar dúvidas e responder questionamentos feitos pelos docentes com relação a esta temática e sobre a prática pedagógica que envolve o atendimento dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) inseridos no Colégio Estadual Idalice Nunes.

Em vista disso, a realização do projeto emerge da necessidade de discutir e refletir com os professores da sala comum propostas teóricas e metodológicas sobre o seu fazer pedagógico, em função do estudante com deficiência, altas habilidades/superdotação ou TGD estar presente na sala de aula como alguém que possui especificidades, mas também tem potencialidades a serem desenvolvidas.

Metodologia

A atividade que relataremos vem atender ao que diz o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, que regulamentou as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, ao ressaltar que dentre as atribuições do professor de AEE, este deve estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum e orientá-los sobre o processo de inclusão. Os encontros do grupo de estudos aconteceram na Sala de Recursos Multifuncionais onde atuamos como docentes do AEE no Colégio Estadual Idalice Nunes, situado na cidade de Guanambi, Bahia, sob a nossa coordenação. Participaram destes encontros dezenove professores que lecionam no Ensino Fundamental e Médio, pertencentes às diferentes áreas do conhecimento: de Matemática, Ciências da natureza, Linguagens e Ciências Humanas.

Optamos por realizar o grupo de estudos nos horários de Atividade Complementar, com o intuito de obter a adesão de um número maior de professores. Sendo assim, foram realizadas 10 reuniões quinzenais no período de março a novembro de 2018, com encontros às terças, quartas e quintas-feiras, contemplando todas as áreas do conhecimento. Inicialmente apresentamos o projeto aos professores, bem como as sugestões de

temáticas a serem trabalhadas, especialmente: o papel e funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais; Conceito, características e atendimento pedagógico de alunos com: Dislexia, TDAH, Autismo, déficit intelectual, deficiência física, deficiência múltipla e altas habilidades/ superdotação; e as Diretrizes da Educação inclusiva do Estado da Bahia.

As temáticas propostas foram trabalhadas utilizando estratégias diversificadas como exibição de filmes e documentários, leitura e discussão de textos, realização de dinâmicas, trabalhando reflexão e sensibilização para mudanças e adaptações na prática pedagógica e relatos de experiências. Além disso, os materiais que produzimos para o grupo de estudos foram disponibilizados em um site, criado especificamente para que os professores da escola tivessem acesso a um maior número de informações, até mesmo aqueles que não tiveram condições de participar ativamente desta atividade.

Referencial teórico

Diversos estudos contemporâneos (BUENO, 1999; GLAT et al, 2006; PLETSCHE; FONTES, 2006) têm reafirmado a necessidade da melhoria da formação de professores como condição essencial para a promoção eficaz da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) na sala de ensino regular. A realidade evidenciada por essas pesquisas mostra que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em sua sala de aula alunos com necessidades especiais. Entretanto, o direito do aluno com NEE é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que defende no artigo 59, inciso III, (BRASIL, 1996) que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Antônio Nóvoa (1995, p. 157), defende que “a formação docente deve ocorrer, também, no próprio espaço escolar, diante de seus dilemas e das mudanças sociais que a escola passa”. Contudo, o atual e grande desafio para a formação docente é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações reais de ensino que levem em conta as necessidades educacionais de cada especificidade da educação inclusiva.

Goffman e Glat (1998) afirmam que o despreparo e a falta de conhecimentos por parte dos docentes estão diretamente relacionados ao grande descrédito sobre a capacidade do aluno especial se desenvolver e agir de forma autônoma. Nessa perspectiva, o professor, precisa ter uma base de informação e conhecimento sobre cada tipo de deficiência para poder guiar e

orientar as atividades dos alunos durante o processo de aprendizagem, ajudando-os a se sentirem capazes de realizá-las.

Bueno (1999) *et al* destaca a importância da formação continuada, pois esta possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos. Nesse sentido, Rodrigues (2008) destaca que a educação inclusiva é uma ruptura com os valores da escola tradicional. Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o conceito de aluno padrão e com ritmo de aprendizagem padronizado. E nesse contexto, o professor não pode mais ser responsabilizado pelo discurso da resistência ou da negação. A educação inclusiva já é realidade no ensino regular. Estamos vivendo agora o momento de ajustar as necessidades dos profissionais da educação às necessidades dos alunos, o que é possível através da formação continuada.

Durante as discussões nos encontros de estudo, professores relataram que o ensino oferecido na sala de aula é insuficiente para atender aos alunos com NEE. Esse sentimento por parte dos educadores ocorre porque as expectativas de aprendizagem continuam centradas na manutenção de um currículo único, pré-determinado para todos os alunos. Assim, para que a proposta de um ensino inclusivo seja colocada em ação, é necessário que o professor demonstre que está disponível para aprender e tenha atitude positiva para criar uma atmosfera acolhedora na classe. Porém, o desafio da inclusão não deve ser encarado somente pelo professor. Ele deve pertencer a toda a equipe escolar: gestores, coordenadores, professores e funcionários que atuam na escola. Só assim, podem ser legitimados a valorização da diversidade e o respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

Discussão dos resultados

A realização de momentos de estudo em grupos possibilitou a aproximação dos docentes de diferentes áreas do conhecimento com temáticas sobre educação especial até então desconhecidas para eles e que poderão contribuir significativamente para a prática em sala de aula. Nacarato (2005) ressalta a importância de se criar um ambiente propício para o desenvolvimento de pesquisas, discussões, motivação e sugestões metodológicas. O autor destaca que a construção do espaço escolar enquanto *lócus* de formação e aprendizagem torna possível a troca de experiências e a produção de saberes coletivos.

O grupo de estudos chegou a atender dezenove docentes, no entanto, contou com a presença assídua de quinze. A partir das informações contidas no questionário

de avaliação final do grupo, respondido por doze professores, foi possível traçar um perfil dos participantes. Os profissionais apresentavam faixa etária acima de 31 anos, com mais de onze anos de atuação no magistério e mais de um ano de experiência com alunos com necessidades especiais em sala de aula comum. Quanto à formação acadêmica, todos possuíam licenciatura, destacando as áreas de Pedagogia, Matemática, Geografia, História e Letras; no entanto, 09 cursaram pós-graduação, sendo 07 em nível de especialização, 01 cursando o mestrado e 01 com mestrado concluído. Vale ressaltar que apesar de termos uma presença assídua em todas as áreas do conhecimento, o grupo que mais se destacou em número de frequência e participação dos docentes que atuam nas áreas de Matemática e Ciências da natureza e suas tecnologias, que acontecia às quintas-feiras.

Em uma análise geral do grupo de estudos, os professores consideraram relevantes as temáticas abordadas e fizeram uma boa avaliação do material didático utilizado, das estratégias pedagógicas e do material informativo disponibilizado no site. Destacamos ainda uma boa participação e envolvimento dos docentes nos momentos de discussão em grupo, ressaltando como significativas as experiências do cotidiano escolar vivenciadas por eles, pois oportunizaram o esclarecimento de suas dúvidas e a ampliação de seus conhecimentos no que diz respeito à educação inclusiva e às pessoas com necessidade educativas especiais.

Os participantes afirmaram que os conhecimentos adquiridos durante os estudos poderão ser aplicados na sua prática profissional, salientando que possibilitaram uma melhor compreensão do perfil e do cotidiano das pessoas com necessidades educativas especiais, além de um olhar diferenciado para estes alunos em busca de apoio para as intervenções; auxiliaram na construção de uma prática mais coerente e significativa, pois ofereceram sugestões de estratégias de trabalho em sala de aula para cada especificidade dos alunos em processo de inclusão. Ao serem questionados se as discussões e temáticas abordadas nos encontros do grupo de estudos contribuíram para mudar a sua compreensão sobre o AEE, todos afirmaram que sim, citando, dentre outros fatores, que estes momentos serviram para ampliar o conhecimento sobre esta prática, minimizar as angústias, dúvidas e expectativas, reforçar a ideia da necessidade de uma abordagem diferenciada para com os alunos, público alvo da educação especial.

Durante a avaliação do grupo de estudos, realizada no último encontro, os professores solicitaram que a atividade tivesse continuidade em 2019, com um aprofundamento das temáticas abordadas no ano de 2018 e que fosse repensada uma

ampliação do tempo disponibilizado para o momento de estudos, permanecendo nos horários de ACs.

Conclusões

A avaliação do grupo de estudo nos trouxe um *feedback* significativo sobre a nossa contribuição enquanto educadores do AEE para o processo de inclusão, mostrando que o trabalho de interlocução do grupo de estudos entre os professores do ensino comum e a educação especial pode romper com as barreiras que impedem os avanços das políticas de educação na perspectiva inclusiva no espaço escolar. Assim, a estratégia de estudo em grupo é um trabalho necessário pois ajuda o docente a sair do isolamento e aprender em equipe.

Através do grupo de estudos os professores puderam enxergar seus alunos em suas singularidades e, a partir daí, aprimorar seu fazer pedagógico, criando estratégias para atender suas necessidades específicas, bem como, promover a participação dos educandos nas atividades escolares. Esse fazer pedagógico precisa necessariamente perpassar pela “autonomia e autoria” docente para atender às necessidades específicas e aprendizagem de todos. Portanto, entender essa construção de sentido no discurso político e filosófico da educação na perspectiva inclusiva pode resultar em desenvolvimento de habilidades, conhecimento, inclusão acadêmica, social e laboral dos discentes em sua diversidade.

Referências

BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA Jr., C. A. (Orgs.) **Formação de educadores e avaliação educacional**. São Paulo: UNESP, 1999.

GLAT, R.; ANTUNES, K. V. C.; OLIVEIRA, M.; PLETSCHE, M. D. **A educação especial no paradigma da inclusão**: a experiência da rede pública municipal de educação do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Recife, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

NACARATO, A. M. A escola como locus de formação e de aprendizagem: possibilidades e riscos da colaboração. In: FIORENTINI, D; NACARATO, A. M. (Orgs.). **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática**. São Paulo: Musa Editora, 2005.

RODRIGUES, D. Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade. In: RODRIGUES, D.; KREBS, R.; FREITAS, S. N. (orgs). **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.